

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.231 - MA
(2019/0331088-2)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 6A VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS - MA
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DO DEPARTAMENTO DE INQUÉRITOS POLICIAIS E POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO DIPO - 3
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : EM APURAÇÃO

DECISÃO

O JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS – MA suscita conflito de competência diante do **JUÍZO DE DIREITO DO DEPARTAMENTO DE INQUÉRITOS POLICIAIS E POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO – DIPO 3**, em autos de inquérito policial deflagrado para apurar suposta prática de estelionato.

O Juízo suscitado declinou da competência porque, em sua ótica e baseado no parecer do Ministério Público Federal, ela se firmaria pelo local onde a vítima efetivamente sofreu o prejuízo (fl. 147). O Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal de São Luís – MA, por sua vez, suscitou este conflito de competência, sob o fundamento de que a competência deve ser firmada pelo local em que houve a obtenção da vantagem (fl. 125).

Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo conhecimento do conflito, para que seja declarado competente o Juízo suscitante (fls. 180-183).

Decido.

A competência firmada somente pelo local em que a vítima sofre o prejuízo ocorre quando não é possível juízo de certeza sobre o local onde o agente obteve a vantagem. No caso, como se observa, a suposta vítima, com agência bancária em São Luís – MA, enganada por anúncio veiculado em sítio eletrônico, acabou por efetuar a compra de determinados bens por meio de pagamento de boleto bancário.

Decerto que não há, relativamente ao acusado, juízo de

certeza quanto ao local do efetivo recebimento do dinheiro pago pela vítima, sobretudo porque ainda não houve a comprovação de quem seria o beneficiário do pagamento, mormente se considerarmos que "[n]o boleto pago por Jessica Hellen consta como cedente Gramado Eletro e aparece o CNPJ 14.066.984/0001-18, contudo, como se observa as fls. 08 o referido CNPJ pertence a empresa Mariolga Sandra Lima Furlan, empresa com sede na cidade de Limeira/SP, sendo tal empresa extinta em 17/05/2017" (fl. 88).

Nesse sentido, *mutatis mutandis*: "No caso de transferências bancárias (TEDs), a competência para a apuração do delito é do Juízo do local da agência bancária da vítima, porque a consumação ocorre quando o numerário é retirado do banco sacado para a transferência. Precedentes da Terceira Seção: CC 158.703/DF, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 27/8/2018 e CC 166.009/SP, de minha relatoria, DJe 9/9/2019" (CC n. 168.077/SP, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, DJe 30/10/2019).

À vista do exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal de São Luís – MA**, ora suscitante.

Publique-se. Dê-se ciência aos Juízos suscitante e suscitado.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**